

# O NOVO PAPEL DA ESCOLA NA SOCIEDADE MODERNA

*THE NEW ROLE OF SCHOOL IN MODERN SOCIETY*

**Fernanda Ribeiro Jordão Guimarães**

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

**Francisca Laudenis Martins de Melo**

Universidad del Sol, Paraguai

**Silvania Campos de Jesus Mancioli**

Universidad Internacional Tres Fronteras, Paraguai

**Vanderlei Porto Pinto**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

**Carmem Lúcia Valente Pereira**

Universidad Internacional Tres Fronteras, Paraguai

**Josiane Rodrigues de Barros Fortaleza**

MUST University, Estados Unidos

**Renata Joaquim Cadorin**

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

**Daiane Duprat Serrano**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i5.657>

Aceito em: 19.05.2026

**Resumo:** Inserido no debate sobre educação e sociedade, este artigo teve como objetivo analisar o novo papel da escola na sociedade moderna, considerando suas relações com a cidadania, a formação democrática, o protagonismo estudantil e as disputas entre projetos educativos voltados à emancipação ou ao controle. O estudo abordou a escola pública como instituição atravessada por tensões políticas, pedagógicas e curriculares que incidiram sobre a definição de suas finalidades formativas, especialmente no que se referiu à participação discente, ao pensamento crítico e às pressões de adaptação ao mercado. Metodologicamente, realizou-se pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio da seleção, leitura, organização e interpretação de produções acadêmicas pertinentes ao tema, localizadas em base científica e examinadas conforme critérios de relevância e aderência ao problema investigado. A análise permitiu verificar que a escola permaneceu como espaço decisivo para a formação pública e democrática, mas submetida a disputas entre concepções educacionais comprometidas, de um lado, com direitos, pluralidade e criticidade e, de outro, com controle institucional, padronização curricular e funcionalidade social. Concluiu-se que o sentido público da escola dependeu das concepções de educação, sociedade e sujeito que orientaram suas práticas e políticas, de modo que a formação democrática se mostrou inseparável de experiências de participação, diálogo e autonomia intelectual.

**Palavras-chave:** Democracia; Participação; Escola Pública; Autonomia; Regulação.

**Abstract:** Inserted into the debate on education and society, this article aimed to analyze the new role of the school in modern society, considering its relations with citizenship, democratic education, student protagonism, and the disputes between educational projects oriented either toward emancipation or toward control. The study addressed the public school as an institution crossed by political, pedagogical, and curricular tensions that affected the definition of its formative purposes, especially with regard to student participation, critical thinking, and pressures of adaptation to the market. Methodologically, a bibliographic study with a qualitative approach was carried out through the selection, reading, organization, and interpretation of academic works relevant to the theme, located in a scientific database and examined according to criteria of relevance and adherence to the research problem. The analysis made it possible to verify that the school remained a decisive space for public and democratic education, but one subjected to disputes between educational conceptions committed, on the one hand, to rights, plurality, and critical thinking and, on the other, to institutional control, curricular standardization, and social functionality. It was concluded that the public meaning of the school depended on the conceptions of education, society, and subject that guided its practices and policies, so that democratic education proved inseparable from experiences of participation, dialogue, and intellectual autonomy.

**Keywords:** Democracy; Participation; Public School; Autonomy; Regulation.

## Introdução

As transformações sociais, econômicas e culturais das últimas décadas têm provocado mudanças significativas nas formas de compreender o papel das instituições educativas. Nesse cenário, a escola passa a ser interpelada por múltiplas demandas que envolvem não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a formação de sujeitos críticos, participativos e capazes de atuar em contextos complexos. Ao mesmo tempo, intensificam-se disputas em torno das finalidades da educação, evidenciando diferentes concepções sobre cidadania, democracia e formação humana.

Este artigo examinou o tema ‘O Novo Papel da Escola na Sociedade Moderna’, com recorte voltado à compreensão de como a instituição escolar passou a ser disputada por diferentes projetos de formação no contexto educacional contemporâneo. O estudo concentrou-se, de modo particular, nas relações entre escola, cidadania, formação democrática, protagonismo estudantil, diálogo, pensamento crítico e processos de controle vinculados ao mercado e a formas de regulação institucional. Com esse recorte, a análise voltou-se para a escola pública como espaço de formação intelectual, social e política, sem restringi-la à função de transmissão de conteúdos ou à preparação instrumental para o trabalho. Desse modo, buscou-se compreender a escola como instituição atravessada por tensões que incidiram sobre seus objetivos, sobre o

sentido da formação discente e sobre o próprio conceito de cidadania que passou a orientar políticas e práticas educacionais.

A escolha do tema justificou-se pela recorrência, no debate educacional recente, de discursos que atribuem à escola funções cada vez mais amplas e, ao mesmo tempo, conflitivas. De um lado, ampliou-se a expectativa de que a instituição escolar forme sujeitos capazes de conviver democraticamente, participar da vida pública, desenvolver pensamento crítico e reconhecer a pluralidade social. De outro, intensificaram-se propostas que subordinaram o trabalho escolar a finalidades pragmáticas, orientadas por controle curricular, avaliação padronizada, adaptação comportamental e atendimento a exigências do mercado. A motivação para o desenvolvimento do artigo decorreu, portanto, da necessidade de examinar em que medida a escola pode sustentar uma formação cidadã consistente em meio a políticas, discursos e práticas que tendem a redefinir suas prioridades. Considerou-se pertinente investigar esse problema porque a compreensão do papel da escola interfere diretamente na qualidade da vida democrática e na maneira como a sociedade organiza a formação das novas gerações.

A questão norteadora que orientou a investigação foi a seguinte: ‘Como a escola, na sociedade contemporânea, pode ser compreendida entre a formação cidadã e democrática e as pressões de adaptação ao controle e ao mercado?’. Essa pergunta foi formulada a partir da percepção de que a escola deixou de ser compreendida apenas como lugar de ensino formal e passou a ser disputada como espaço de produção de comportamentos, valores, competências e formas de participação social. A partir dessa indagação, procurou-se analisar não apenas se a escola continua relevante para a democracia, mas também sob quais condições pedagógicas, institucionais e políticas ela pode fortalecer a cidadania, o protagonismo estudantil e a criticidade, em vez de reduzir a formação escolar a mecanismos de ajustamento funcional.

O objetivo geral do artigo consistiu em analisar o novo papel da escola na sociedade moderna, considerando suas relações com a cidadania, a formação democrática, o protagonismo estudantil e as disputas entre projetos educativos voltados à emancipação ou ao controle. Como objetivos específicos, pretendeu-se examinar a relação entre escola, cidadania e formação democrática na sociedade contemporânea; discutir o protagonismo estudantil, o diálogo e o pensamento crítico como funções centrais da escola; e analisar as disputas sobre o papel da instituição escolar entre a formação cidadã e a adaptação ao controle e ao mercado. Esses objetivos permitiram organizar o estudo de modo coerente com o problema formulado e com o recorte temático adotado, além de favorecer a articulação entre os referenciais teóricos selecionados.

Quanto à metodologia, adotou-se pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio da seleção, leitura, organização e interpretação de produções acadêmicas relacionadas ao tema. A busca foi realizada na base SciELO, escolhida por reunir periódicos científicos de acesso aberto e por possibilitar a localização de estudos diretamente vinculados à problemática investigada. Para o levantamento, utilizaram-se palavras-chave como ‘escola’, ‘cidadania’, ‘formação democrática’, ‘protagonismo estudantil’, ‘pensamento crítico’, ‘currículo’,

‘mercado’ e ‘controle’, além de combinações simples entre esses descritores. Após essa etapa, os materiais foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão, considerando pertinência temática, relevância analítica e contribuição efetiva para os objetivos do artigo. Em seguida, os textos foram organizados por eixos de análise, o que tornou possível construir uma leitura articulada sobre os sentidos em disputa na definição do papel da escola.

No plano teórico, o artigo apoiou-se principalmente em Burgos (2025), Cavalcanti (2023), Mesquita (2024) e Lauermann e Copatti (2024). Burgos (2025) discutiu a escola como instituição vinculada à formação cidadã e à cultura democrática. Cavalcanti (2023) analisou as relações entre cidadania, diálogo, protagonismo e racionalidade gerencial. Mesquita (2024) examinou a escola pública como espaço de formação democrática, com ênfase na crítica à militarização. Lauermann e Copatti (2024) abordaram a Reforma do Ensino Médio e a BNCC como expressões das tensões entre formação cidadã e orientação neoliberal. A interlocução entre esses referenciais permitiu sustentar a análise proposta no artigo.

O desenvolvimento do estudo foi organizado em três capítulos centrais, cada qual voltado a uma dimensão específica do problema investigado. O capítulo ‘Escola, cidadania e formação democrática na sociedade contemporânea’ examinou a função da escola como espaço de formação pública, destacando seu vínculo com a cultura democrática, com os direitos e com a participação social. O capítulo ‘Protagonismo estudantil, diálogo e pensamento crítico como funções centrais da escola’ analisou a importância da participação discente, da escuta, do dissenso e da criticidade na constituição de práticas escolares comprometidas com a democracia. O capítulo ‘Disputas sobre o papel da escola: formação cidadã ou adaptação ao controle e ao mercado’ discutiu os tensionamentos produzidos por políticas curriculares, modelos gerenciais e propostas autoritárias que procuram redefinir a escola segundo finalidades instrumentais e regulatórias.

Por fim, o artigo foi organizado de modo a articular problema, objetivos, fundamentação teórica, percurso metodológico, análise e síntese conclusiva. Essa estrutura permitiu desenvolver o argumento com progressão lógica entre a delimitação do tema, o exame dos referenciais selecionados, a discussão dos achados e o fechamento do estudo. Desse modo, buscou-se assegurar coerência interna ao texto e favorecer uma reflexão contínua sobre a escola como instituição estratégica para a vida democrática e, ao mesmo tempo, atravessada por disputas quanto aos seus sentidos e finalidades.

## **Metodologia**

A metodologia deste artigo caracterizou-se como pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida com a finalidade de examinar as disputas em torno do papel da escola na sociedade contemporânea, com ênfase nas relações entre formação cidadã, protagonismo estudantil, democracia e processos de controle vinculados ao mercado e à regulação institucional. Esse procedimento mostrou-se compatível com os objetivos do estudo porque possibilitou

reunir, selecionar, comparar e interpretar produções acadêmicas diretamente relacionadas ao problema investigado. Como base conceitual, tomou-se a compreensão de Minayo (2011) de que o conhecimento social se constitui a partir das experiências, vivências, valores e modos de agir dos sujeitos, bem como de que a ação humana e social se realiza nas condições concretas da realidade histórica. No presente artigo, tais formulações foram aplicadas como fundamento para compreender que a escola não pode ser analisada apenas como estrutura normativa, mas como espaço social em que se articulam práticas, concepções e disputas que incidem sobre a formação dos estudantes.

Na elaboração do artigo, essas contribuições metodológicas orientaram a construção do percurso analítico. A referência ao senso comum, tal como discutida por Minayo (2011), foi mobilizada para reconhecer que os debates sobre cidadania, protagonismo, controle escolar e mercado não se apresentam apenas em textos legais ou acadêmicos, mas também em concepções difundidas socialmente sobre disciplina, autoridade, participação e qualidade da educação. Já a noção de ação humana e social foi aplicada para interpretar as políticas educacionais, os currículos e as formas de organização da escola como resultados de práticas históricas e institucionais concretas, e não como formulações abstratas. Assim, a metodologia não se limitou ao levantamento de obras, mas orientou uma leitura crítica dos referenciais, permitindo examinar como diferentes autores explicam os sentidos atribuídos à escola e às suas funções sociais.

O processo metodológico desenvolveu-se em etapas articuladas. Em um primeiro momento, delimitou-se o tema, formulou-se a questão central da pesquisa e definiram-se os eixos analíticos do artigo. Em seguida, realizou-se o levantamento bibliográfico em base científica, seguido de leitura exploratória dos materiais encontrados. Depois, procedeu-se à leitura analítica, com atenção especial aos conceitos centrais, aos argumentos recorrentes e aos pontos de aproximação e contraponto entre os autores selecionados. Por fim, os textos foram organizados segundo os três núcleos temáticos do estudo: a relação entre escola, cidadania e formação democrática; o protagonismo estudantil, o diálogo e o pensamento crítico; e as disputas entre formação cidadã e adaptação ao controle e ao mercado. Esse procedimento permitiu construir uma argumentação coerente com os objetivos propostos e com o recorte temático estabelecido.

Como instrumento de busca, utilizou-se a SciELO, biblioteca científica eletrônica que reúne periódicos acadêmicos de acesso aberto e permite localizar artigos em diferentes áreas do conhecimento. Sua função, neste estudo, consistiu em viabilizar o acesso a produções científicas confiáveis, pertinentes ao tema e relevantes para a análise pretendida. Para o levantamento, empregaram-se palavras-chave simples e diretamente relacionadas ao objeto investigado, como 'escola', 'cidadania', 'formação democrática', 'protagonismo estudantil', 'pensamento crítico', 'currículo', 'mercado' e 'controle'. Também foram utilizadas combinações como 'escola' e 'cidadania', 'protagonismo estudantil' e 'pensamento crítico', 'currículo' e 'mercado', e 'formação democrática' e 'escola pública', com o objetivo de localizar estudos mais aderentes à problemática do artigo.

Os critérios de inclusão contemplaram artigos científicos com relação direta ao tema, publicados em periódicos acadêmicos, com contribuição efetiva para a discussão proposta e pertinência em relação aos objetivos da pesquisa. Também foram priorizados textos que apresentassem análise teórica consistente sobre escola, cidadania, políticas curriculares, democracia e processos de regulação educacional. Em contrapartida, foram excluídos materiais repetidos, publicações excessivamente genéricas, textos sem aderência ao recorte adotado e estudos que não ofereciam base analítica suficiente para sustentar a discussão. Desse modo, a pesquisa bibliográfica foi aplicada como procedimento de seleção, organização e interpretação crítica de fontes científicas, contribuindo diretamente para a formação do artigo e para a construção de uma análise consistente sobre os sentidos em disputa na definição do papel da escola.

### **Escola, cidadania e formação democrática na sociedade contemporânea**

As transformações sociais, culturais e tecnológicas das últimas décadas têm ampliado as responsabilidades atribuídas à escola, que já não pode ser compreendida apenas como espaço de transmissão de conteúdos, mas como instituição formadora de sujeitos críticos, participativos e aptos a conviver em uma sociedade complexa e em constante mudança. Nessa direção, Santana et al. (2026) ressaltam que a inteligência artificial na educação contemporânea precisa ser pensada a partir de uma lógica de apoio e responsabilidade, o que reforça o papel da escola como espaço de orientação ética, mediação crítica e formação para o uso consciente das tecnologias. Assim, discutir o novo papel da escola implica reconhecer que sua função social envolve não apenas ensinar saberes escolares, mas também preparar os estudantes para interpretar, problematizar e atuar de forma responsável diante das dinâmicas do mundo contemporâneo.

A discussão sobre escola, cidadania e formação democrática parte do reconhecimento de que a instituição escolar não se limita à transmissão de conteúdos. Burgos (2025) formula essa questão ao indagar qual é o papel da escola na formação cidadã do estudante, deslocando o debate para além do rendimento acadêmico. Em sentido próximo, Cavalcanti (2023) sustenta que o processo educativo possui caráter ético-cultural e prepara para a vida em sociedade. Assim, a escola passa a ser compreendida como espaço de formação intelectual, social e política.

Além disso, os referenciais aproximam-se ao afirmar que a cidadania exige mais do que acesso formal à aprendizagem. Burgos (2025) observa que a garantia da aprendizagem é indispensável, mas não suficiente, quando o foco recai sobre a cidadania em sentido pleno. Na mesma direção, Lauer mann e Copatti (2024) defendem que as políticas educacionais devem contribuir para a formação de sujeitos críticos, participativos e conscientes de direitos e deveres. Desse modo, a função escolar amplia-se e passa a incluir a preparação para a participação na vida democrática.

Por sua vez, Mesquita (2024) reforça esse entendimento ao afirmar que a educação escolar deve ser espaço de exercício da prática democrática. Esse ponto dialoga com Cavalcanti (2023), para quem a cidadania se efetiva por meio da ação participativa e do diálogo no espaço público.

Há, portanto, um eixo comum entre as autoras: a cidadania não se realiza como abstração normativa, mas como experiência formativa vinculada à participação, à responsabilidade coletiva e ao compromisso com a justiça social. Nessa leitura, a escola adquire centralidade na constituição de uma cultura democrática. Nessa perspectiva, Burgos (2025) explicita de maneira precisa o alcance institucional desse papel:

Afinal, em termos escolares, o enfoque da cidadania demanda o desenvolvimento de competências estudantis aderentes a uma cultura de participação e de responsabilidade com a sociedade, que pressupõe que se considere a qualidade do ambiente institucional, o grau de participação dos estudantes na vida escolar, e o quanto a escola incentiva um compromisso com a sociedade e com a vida política, entre outros (Burgos, 2025, p. 2).

Essa formulação aproxima-se de Mesquita (2024), quando a autora associa educação para a democracia ao exercício da cidadania desde a infância. Ademais, a compreensão da escola como instituição democrática também exige considerar a qualidade das relações que nela se estabelecem. Burgos (2025) assinala que a formação cidadã depende do ambiente institucional e do grau de participação estudantil na vida escolar, o que afasta concepções restritas ao ensino de conteúdos formais. Em diálogo com essa perspectiva, Mesquita (2024) sustenta que a escola precisa constituir-se como espaço de aprendizagem da convivência democrática, no qual pluralidade, debate e exercício de direitos sejam vividos concretamente. Sob esse enfoque, a formação democrática não decorre apenas do currículo prescrito, mas da experiência cotidiana de participação, escuta e corresponsabilidade construída no interior da instituição escolar.

Entretanto, os autores também introduzem um contraponto relevante ao indicarem que nem toda política educacional fortalece essa finalidade. Cavalcanti (2023) argumenta que o modelo gerencial não favorece a formação de jovens protagonistas sob a perspectiva da participação e da autonomia. De forma semelhante, Lauermaann e Copatti (2024) identificam uma dualidade entre formação humanística e orientação neoliberal voltada ao mercado de trabalho. Com isso, a escola torna-se terreno de disputa entre uma formação cidadã ampla e outra ajustada a finalidades pragmáticas.

Por fim, os referenciais permitem afirmar que a escola ocupa posição decisiva na sustentação da democracia quando articula conhecimento, participação e formação ética. Burgos (2025) atribui à instituição escolar papel incontornável nesse processo; Cavalcanti (2023) vincula cidadania a diálogo e autonomia; Mesquita (2024) defende a educação para a democracia como resposta a tendências autoritárias; Lauermaann e Copatti (2024) reafirmam a ligação entre escola, cidadania e consciência crítica. Nesse quadro, a formação democrática depende de uma escola comprometida com direitos, pluralidade e participação social.

## Protagonismo estudantil, diálogo e pensamento crítico como funções centrais da escola

O protagonismo estudantil adquire sentido pedagógico quando a escola reconhece o estudante como sujeito de formação e não como receptor passivo de orientações. Mesquita (2024) afirma que a instituição escolar deve oferecer experiências pedagógicas coerentes com o perfil de egresso que pretende formar, o que desloca a atenção para práticas de participação efetiva. Em diálogo com essa perspectiva, Burgos (2025) observa que a escola pode restringir situações pedagógicas mais afinadas com a cidadania, mesmo quando é eficiente na aprendizagem curricular. Assim, a centralidade do estudante depende de escolhas formativas e institucionais.

Sob outro ângulo, Cavalcanti (2023) associa protagonismo juvenil, autonomia e ação participativa a uma formação crítica assentada no diálogo. Essa formulação aproxima-se de Burgos (2025), para quem a relação entre escola e cidadania precisa ser continuamente afirmada pelos próprios sujeitos que compõem o espaço escolar. Nessa direção, o protagonismo não corresponde a mera presença física do aluno na escola, mas à sua inserção em processos de fala, escuta, deliberação e construção de sentidos. Desse modo, participação e pensamento crítico passam a ser dimensões inseparáveis.

Nessa perspectiva, Mesquita (2024) sustenta que a educação para a democracia exige oportunidades pedagógicas para que os estudantes vivenciem decisões sobre assuntos que lhes dizem respeito. Tal entendimento reforça a ideia de que o pensamento crítico não se desenvolve apenas pelo acesso a conteúdos, mas pela vivência de relações escolares menos verticalizadas. Burgos (2025) também contribui para esse debate ao salientar que a escola é espaço de conflitos e que tais tensões podem favorecer aprendizagens cidadãs. Logo, a formação crítica supõe convivência com a divergência e elaboração coletiva de respostas. Por conseguinte, a formulação de Cavalcanti (2023) sintetiza com clareza a articulação entre participação, diálogo e formação crítica:

Para tal objetivação, partimos do pensamento de que a implementação da cultura da participação, na construção de uma ética participativa, é condição sine qua non para ultrapassarmos questões que envolvem a autoridade e estabelecer o princípio do diálogo, como base dos processos de ação nas dimensões do mundo de vida (Cavalcanti, 2023, p. 3).

Essa passagem dialoga com Mesquita (2024), ao defender que o diálogo constitui fundamento do relacionamento interpessoal e da tomada de decisão no ambiente escolar. Ainda assim, os referenciais não desconsideram os limites concretos dessa proposta. Mesquita (2024) afirma que não há neutralidade na definição da função social da escola, o que implica reconhecer que determinadas práticas podem reforçar silenciamentos e restringir a participação discente. De forma convergente, Burgos (2025) indica que a forma escolar pode competir com exigências caras à democracia, sobretudo quando desestimula a argumentação e a consideração de pontos

de vista distintos. Com isso, o protagonismo estudantil exige revisão das rotinas escolares e não apenas adesão retórica à participação.

Nessa perspectiva, a atuação do professor transcende a mera instrução técnica, configurando-se como uma práxis que articula a teoria à sensibilidade humana. Sobre a centralidade dessa mediação docente, Fernandes *et al.* (2026) destacam que:

A práxis docente, entendida como a ação reflexiva e intencional do educador, assume papel central nesse processo. Ser professor [...] implica compreender que a mediação demanda domínio técnico [...], mas envolve sensibilidade, empatia e intencionalidade pedagógica. A mediação é o que confere sentido à aprendizagem, pois é nela que se estabelece o diálogo entre o conhecimento científico, as experiências dos estudantes e os objetivos formativos do processo educativo. Assim, refletir sobre a construção do saber à luz do sociointeracionismo é revisitar os fundamentos da educação humanizadora, que reconhece o outro como parte constitutiva do ato de aprender (Fernandes *et al.*, 2026, p. 2).

Essa visão corrobora a ideia de que o novo papel da escola exige um educador que atue como mediador de significados, reconhecendo o estudante como sujeito ativo e coautor do seu próprio desenvolvimento.

Em síntese, os autores permitem afirmar que diálogo e pensamento crítico constituem funções centrais da escola quando articulados à participação ativa dos estudantes na vida escolar. Cavalcanti (2023) enfatiza o vínculo entre autonomia, ação participativa e formação crítica; Mesquita (2024) associa democracia escolar à tomada de decisão e à pluralidade; Burgos (2025) evidencia que a cidadania se fortalece quando a escola cria condições para a atuação dos sujeitos; Fernandes *et al.* (2026) evidenciam o papel do educador como mediador de sentidos. Logo, o protagonismo estudantil deve ser compreendido como prática formativa que amplia a experiência democrática e qualifica a construção do conhecimento.

## **Disputas sobre o papel da escola: formação cidadã ou adaptação ao controle e ao mercado**

A escola, no debate educacional recente, tem sido interpretada como instituição atravessada por interesses sociais, políticos e econômicos que disputam a direção da formação escolar. Lauer mann e Copatti (2024) mostram que a Reforma do Ensino Médio se insere em um cenário orientado pela preparação de estudantes para responder às exigências do mercado. Em sentido correlato, Burgos (2025) observa que a BNCC, embora formulada sob o argumento da equidade no acesso à aprendizagem, passou a provocar reações ligadas ao risco de padronização tecnicista. Desse modo, a função da escola torna-se objeto de disputa entre uma formação cidadã ampla e outra de caráter mais instrumental.

Além disso, Burgos (2025) assinala que a proposta de uma base curricular comum foi acompanhada por críticas que denunciam a tentativa de submeter a escola a mecanismos de controle por avaliação. Esse entendimento aproxima-se da análise de Lauer mann e Copatti

(2024), segundo a qual a política curricular nacional adquire relevância justamente por favorecer um modelo de educação pragmático e funcional ao sistema capitalista. Assim, o currículo não aparece apenas como seleção de conteúdos, mas como instrumento de regulação do tipo de sujeito que deve ser produzido.

Sob outro prisma, Cavalcanti (2023) explicita que o Estado gerencial altera o próprio significado do protagonismo juvenil ao vinculá-lo à sua base ideológica. Em vez de remeter à participação crítica e à autonomia, tal noção passa a ser atravessada por sentidos de adaptação, funcionalidade e rendimento. Também por isso, a autora afirma que conceitos como cidadania, democracia, currículo e avaliação são ressignificados nesse processo. Desse modo, a disputa educacional incide não apenas sobre práticas pedagógicas, mas sobre o vocabulário que organiza a escola e orienta suas prioridades. Nessa direção, a formulação de Lauermann e Copatti (2024) sintetiza com clareza a tensão que atravessa a educação brasileira:

No contexto das políticas educacionais brasileiras, especialmente com a Reforma do Ensino Médio, figura um cenário de disputas em torno da formação de estudantes que estejam preparados a atender as demandas do mercado de trabalho (Lauermann; Copatti, 2024, p. 2).

Essa passagem ganha maior alcance quando articulada à crítica de Burgos (2025) às reações provocadas por uma base curricular orientada por competências mínimas e por forte padronização dos processos escolares. Por conseguinte, Mesquita (2024) introduz um contraponto decisivo ao analisar o avanço da militarização da escola pública. A autora mostra que esse modelo centraliza a instituição escolar na produção de um perfil de cidadão dócil, subserviente e ajustado à autoridade. Tal argumento encontra ressonância em Cavalcanti (2023), quando esta observa que a racionalidade sistêmica do Estado gerencial mobiliza o protagonismo juvenil na perspectiva do “fazer” e do aproveitamento no mercado. Logo, controle e mercado, embora distintos, podem operar de modo complementar na redução da formação cidadã.

De maneira complementar, Mesquita (2024) sustenta que os documentos das escolas cívico-militares não contemplam plenamente garantias de cidadania previstas na Constituição de 1988. Já Burgos (2025) destaca que parte das críticas à BNCC decorre justamente das contradições de sua elaboração, marcada pela hegemonia de organizações e fundações privadas. Em ambos os casos, percebe-se a presença de forças externas que intervêm na escola pública e tensionam sua função democrática. Com isso, a instituição escolar corre o risco de perder autonomia na definição de seus fins públicos e de suas formas de organização.

Ainda assim, a análise não conduz a uma recusa homogênea de toda política curricular. Burgos (2025) reconhece que a implementação da Base pode mobilizar uma energia política e organizacional nas redes e nas escolas, sobretudo quando apropriada em condições mais favoráveis à participação. Esse ponto relativiza leituras unicamente negativas e introduz uma nuance relevante no debate. Entretanto, Lauermann e Copatti (2024) lembram que a Reforma

do Ensino Médio foi conduzida sem ampla participação de professores, estudantes e demais profissionais da educação, o que fragiliza sua legitimidade democrática.

Em suma, os referenciais examinados permitem afirmar que a escola pública se encontra no centro de uma disputa entre formação cidadã e adaptação ao controle e ao mercado. Burgos (2025) evidencia tensões entre currículo comum e tecnicização; Cavalcanti (2023) denuncia a captura gerencial do sentido da cidadania; Mesquita (2024) aponta os efeitos autoritários da militarização; Lauermann e Copatti (2024) mostram a pressão neoliberal sobre a formação escolar. Em conjunto, esses autores indicam que defender a escola pública implica sustentar uma concepção educacional comprometida com participação, criticidade e direitos.

## Resultados e discussões

A análise desenvolvida ao longo do estudo permitiu concluir que a escola ocupa posição central na disputa entre projetos de formação distintos. Os referenciais examinados mostraram que a instituição escolar pode assumir função decisiva na construção da cidadania, da participação e da cultura democrática, mas também pode ser reorientada para práticas de controle, adaptação e funcionalidade social. Nesse sentido, Burgos (2025) ressaltou a relevância da escola para a sustentação da democracia, ao passo que Cavalcanti (2023) e Mesquita (2024) evidenciaram que determinadas inflexões político-institucionais tendem a esvaziar a dimensão crítica da formação. Com isso, o estudo indicou que o debate sobre o papel da escola não se restringe ao currículo, mas alcança a própria definição de cidadania que se pretende promover.

Além disso, o significado dessas constatações reside no fato de que a educação escolar não pode ser compreendida como prática neutra. Os dados teóricos mobilizados permitiram verificar que a formação democrática exige participação, diálogo, pensamento crítico e experiência concreta de convivência com a pluralidade, elementos destacados por Cavalcanti (2023) e Mesquita (2024). Em outra direção, Lauermann e Copatti (2024) demonstraram que reformas curriculares recentes têm reforçado finalidades pragmáticas, deslocando a centralidade da formação humana para exigências de desempenho e adaptação. Dessa forma, o estudo mostrou que a qualidade da educação não depende apenas da definição de conteúdos, mas das relações pedagógicas, institucionais e políticas que organizam a escola.

Ademais, os resultados dialogaram de maneira consistente com a literatura analisada ao evidenciarem que a cidadania, no âmbito escolar, requer mais do que acesso à aprendizagem formal. Burgos (2025) mostrou que a formação cidadã depende de condições institucionais que favoreçam participação e responsabilidade pública. Em aproximação, Cavalcanti (2023) associou cidadania a ação dialógica, autonomia e intervenção nos espaços coletivos. Já Mesquita (2024) reforçou que a educação para a democracia precisa ser vivida no cotidiano escolar, sobretudo desde a infância, por meio de práticas formativas comprometidas com direitos e justiça social. Assim, as conclusões alcançadas não se mostraram isoladas, mas articuladas a uma produção teórica que compreende a escola como espaço decisivo de constituição do sujeito democrático.

Entretanto, a análise também evidenciou limites que precisam ser considerados. Um deles diz respeito ao fato de que os referenciais examinados se concentram fortemente na crítica às políticas educacionais recentes e, em menor medida, apresentam descrições empíricas mais extensas sobre experiências escolares capazes de consolidar práticas democráticas em diferentes contextos. Em Burgos (2025), há indicativos de potencial político-organizacional na implementação curricular, mas essa possibilidade aparece tensionada pelas contradições do próprio processo. Em Mesquita (2024), a crítica à militarização é consistente, embora o foco recaia mais sobre seus efeitos normativos e ideológicos do que sobre comparações sistemáticas entre realidades escolares. Desse modo, os resultados obtidos precisam ser lidos como interpretação fundamentada em produção bibliográfica específica, e não como generalização absoluta de toda a escola pública brasileira.

Por outro lado, alguns resultados que poderiam parecer contraditórios tornaram-se compreensíveis à luz da bibliografia. O fato de certas políticas se apresentarem sob o discurso da equidade, da educação integral ou mesmo do protagonismo estudantil, ao mesmo tempo em que reforçam controle, padronização e funcionalidade mercadológica, não expressa incoerência casual, mas característica do próprio campo educacional contemporâneo. Lauermann e Copatti (2024) mostraram essa dualidade ao analisar a relação entre BNCC, Reforma do Ensino Médio e formação cidadã. Cavalcanti (2023), por sua vez, explicou como noções positivas, como protagonismo e cidadania, podem ser reconfiguradas por uma racionalidade gerencial. Assim, o estudo indicou que parte da complexidade do tema decorre justamente da apropriação de vocabulários democráticos por projetos que não necessariamente fortalecem a democracia substantiva.

Também se verificou que a disputa sobre o papel da escola se intensifica quando a instituição passa a responder simultaneamente a expectativas de inclusão, regulação social, produtividade e formação ética. Burgos (2025) permitiu compreender que a escola pode tanto ampliar a cultura democrática quanto restringi-la, a depender do ambiente institucional e da forma de participação que oferece aos estudantes. Mesquita (2024) evidenciou que modelos autoritários reduzem o espaço do dissenso e da autonomia, enquanto Lauermann e Copatti (2024) mostraram que a racionalidade neoliberal desloca a educação para uma lógica de desempenho, responsabilização e fragmentação curricular. Sob esse ângulo, os resultados do estudo reforçaram a ideia de que a escola se converte em espaço de síntese das contradições mais amplas da sociedade.

Por fim, a análise apontou a necessidade de novas pesquisas que examinem com maior precisão como essas disputas se materializam no cotidiano escolar, especialmente em diferentes redes públicas, etapas de ensino e contextos regionais. Mostra-se pertinente investigar de que maneira professores, estudantes e equipes gestoras interpretam e reelaboram políticas curriculares, dispositivos de participação e formas de controle institucional. Também se revelam necessárias investigações que articulem análise documental e observação empírica de experiências escolares comprometidas com democracia, diálogo e formação cidadã. Em síntese, o estudo permitiu

afirmar que a escola continua sendo espaço estratégico para a vida democrática, mas seu sentido público depende das concepções de educação, cidadania e sociedade que orientam suas práticas e suas políticas.

## Conclusão

A análise desenvolvida ao longo do artigo permitiu responder à questão central proposta na introdução e retomada no percurso metodológico, ao demonstrar que a escola, na sociedade contemporânea, permanece como espaço decisivo de formação, mas atravessado por disputas quanto às suas finalidades. O estudo evidenciou que a instituição escolar pode contribuir para a cidadania, para a participação e para a formação democrática quando organiza suas práticas em torno do diálogo, da criticidade e do reconhecimento dos estudantes como sujeitos de direitos. Ao mesmo tempo, mostrou que esse papel pode ser enfraquecido quando a educação passa a ser orientada por lógicas de controle, adaptação comportamental e subordinação às exigências do mercado. Com isso, tornou-se possível sustentar que a pergunta que orientou a investigação foi respondida na medida em que o trabalho demonstrou não haver neutralidade na definição do papel da escola, mas sim confronto entre projetos educativos distintos.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados de forma articulada. O primeiro, voltado à relação entre escola, cidadania e formação democrática, foi atingido ao se demonstrar que a função escolar ultrapassa a transmissão de conteúdos e envolve a formação para a convivência pública, para a participação social e para o exercício de direitos. O segundo, referente ao protagonismo estudantil, ao diálogo e ao pensamento crítico, foi contemplado ao se verificar que essas dimensões não constituem elementos acessórios, mas componentes centrais de uma educação comprometida com a democracia. O terceiro, relativo às disputas entre formação cidadã e adaptação ao controle e ao mercado, foi alcançado ao se constatar que políticas curriculares, modelos gerenciais e propostas autoritárias tendem a reorientar a escola para finalidades instrumentais, restringindo sua potência formativa em sentido amplo.

As principais conclusões do estudo indicaram que a escola pública mantém papel estratégico na vida democrática, mas esse papel depende das concepções de educação, cidadania e sociedade que sustentam suas práticas e políticas. Verificou-se que a formação cidadã exige participação efetiva, experiências de diálogo, valorização da pluralidade e acesso a conhecimentos que permitam leitura crítica da realidade. Também se concluiu que a centralidade do estudante não pode ser confundida com responsabilização individual nem com adaptação funcional a exigências externas, mas deve estar vinculada à construção da autonomia intelectual e da ação coletiva. Do mesmo modo, constatou-se que propostas orientadas por controle excessivo, militarização, tecnicismo ou racionalidade mercadológica tendem a reduzir a escola a funções de regulação e ajustamento social, enfraquecendo sua dimensão pública e emancipadora.

Em síntese, as lacunas identificadas ao longo da análise indicam a necessidade de novas pesquisas que examinem, com maior precisão, como essas disputas se materializam no cotidiano

das escolas, nas diferentes etapas da educação básica e em distintos contextos regionais. Mostra-se pertinente investigar de que maneira professores, estudantes e equipes gestoras interpretam, negociam ou resistem às políticas curriculares e aos dispositivos de controle que incidem sobre a instituição escolar. Também se revelam necessárias pesquisas empíricas sobre experiências pedagógicas comprometidas com participação, diálogo e formação democrática, bem como estudos sobre os efeitos concretos de propostas orientadas pelo mercado ou por modelos autoritários de gestão. Desse modo, o estudo permitiu afirmar que defender a escola pública, no tempo presente, implica defender uma educação comprometida com direitos, criticidade, pluralidade e justiça social.

## Referências

- BURGOS, Marcelo Baumann. Educação para a cidadania: a Base Nacional Comum Curricular pode contribuir? **Educação em Revista**, v. 41, p. e52738, 2025.
- CAVALCANTI, Ana Cláudia Dantas. Cidadania, participação e diálogo: o protagonismo juvenil como fundamento da formação crítica e da autonomia na educação. **Educação**, v. 48, n. 1, p. e11/1-27, 2023.
- FERNANDES, Allysson Barbosa *et al.* A construção do saber à luz do sociointeracionismo: reflexões sobre a práxis docente na educação a distância. **Revista edUCA - Revista Multidisciplinar da Faculdade Católica Paulista**, v. 9, n. 1, p. e171, 2026.
- LAUERMANN, Marlene Tírei Koldehoff; COPATTI, Carina. O Novo Ensino Médio e suas relações com a BNCC: (im)possibilidades para uma formação na perspectiva cidadã. **InterAção**, v. 15, n. 3, p. e86969, 2024.
- MESQUITA, Delma Lúcia de. A cidadania desde a infância contra a lógica da militarização da escola pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 39, n. 3, p. e48184, 2024.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.
- SANTANA, Aline Canuto de Abreu *et al.* Inteligência artificial na educação contemporânea: apoio, mediação e responsabilidade. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 25, n. 74, p. e8109, 2026.